

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE

A economia sombra e o crescimento económico

A reflexão da crónica de hoje centra-se na relação entre a economia sombra (ou não-registada) e a análise tradicional do crescimento económico (pela via da oferta)

**Óscar Afonso**

A Macroeconomia analisa a evolução global da Economia, agregando actividades semelhantes conduzidas por diferentes agentes (famílias, empresas, estado e resto do mundo). Em particular, está tradicionalmente interessada no andamento do produto (usualmente medido pelo Produto Interno Bruto), do emprego e dos preços.

No curto prazo preocupa-se com a conjuntura e o objectivo é alisar as flutuações das variáveis acima referidas, encontrando meios para que o produto real e o desemprego efectivos estejam o mais próximo possível dos valores naturais ou potenciais, e a taxa de inflação seja constante. Porque uma forte estabilidade conjuntural não garante um rápido e sustentável crescimento económico, no longo prazo preocupa-se com a estrutura / crescimento económico; o objectivo é alcançar um crescimento do produto real per capita capaz de proporcionar uma melhoria contínua do nível de vida.

A reflexão da crónica de hoje centra-se na relação entre a economia sombra (ou não-registada) e a análise tradicional do crescimento económico (pela via da oferta). Esta análise baseia-se em modelos de equilíbrio geral que contemplam as empresas (sector produtivo que visa maximizar lucros) e os indivíduos (que procuram maximizar a utilidade inter-temporal).

A maximização inter-temporal da utilidade está sujeita a decisões quanto ao tempo e quanto ao rendimento. Quanto ao tempo, os indivíduos terão de decidir entre trabalhar, acumular capital humano e lazer; mais tempo dedicado ao trabalho hoje, por exemplo, significa maior rendimento presente, mas provavelmente menor rendimento futuro, já que a formação seria descorada. Relativamente ao rendimento, os indivíduos terão de decidir entre consumo presente e consumo futuro (poupança): mais consumo

presente significa maior utilidade actual, mas também menos poupança e, por isso, menos investimento e assim menos consumo (utilidade) no futuro.

A maximização dos lucros por parte das empresas – detidas pelos indivíduos, na sequência da poupança – requer decisões relativamente a que factores produtivos utilizar, tendo em conta o respectivo preço. Resulta também claro que o valor agregado da produção das empresas corresponde ao produto e, portanto, aos recursos que estão parcialmente disponíveis para investimento. Em suma, o produto real actual permite a expansão quantitativa (via investimento em capital físico) e qualitativa (via investimento em formação e em investigação e desenvolvimento) dos factores produtivos e, assim, do produto futuro. Deste modo, quanto maior o produto actual e a percentagem de recursos afectos ao investimento, maior será o crescimento potencial da quantidade e da qualidade dos factores produtivos e, como tal, melhor será o nível de vida futuro.

Onde entra então a economia sombra nesta análise?

Como sabemos de crónicas anteriores, a economia sombra; ou seja, a economia ilegal, oculta, informal, para uso próprio e a subcoberta por deficiências da estatística, não “conta” em termos oficiais. Assim, quanto maior o seu peso numa economia, menor será o produto oficial e, portanto, menos recursos haverá para afectar ao investimento. Por conseguinte, a menos que os recursos da economia sombra sejam afectos a investimento, o que se afigura pouco provável, mais economia sombra significará: (i) menos consumo actual, logo pior qualidade de vida presente; (ii) menos investimento actual, logo menor crescimento e, portanto, pior qualidade de vida no futuro! Faltam ainda mais motivos para que seja efectivamente combatida?

Escreve à sexta-feira



OBEGEF
Observatório de Economia
e Gestão de Fraude

**Mais tempo para o trabalho equivale maior rendimento presente****VALORES****LUÍS GONÇALVES DA SILVA**

O dia seguinte

Portugal viveu a maior parte do regime democrático – para não dizer a sua totalidade – na “Cultura do Dia Seguinte”.

A sua caracterização é simples: por um lado, o passado não interessa, sendo que é passado tanto o dia de ontem como o de hoje, por outro, o dia seguinte é o mais relevante, mas nunca o dia posterior ao dia seguinte.

Esta forma de estar na vida, ou, talvez melhor, de não estar, que nos tem caracterizado é não só nefasta como ilusória. Os resultados falam por si, sendo as dificuldades dos portugueses prova clara dos danos que causa a opção pelo imediatismo em detrimento do médio e longo prazo.

A questão que se tem de colocar com a máxima urgência é a de saber como iremos viver após a troika. Não se trata de uma questão que deva ficar pelo mero debate político-partidário.

O que está em causa é futuro do nosso país, que tem sido sistematicamente prejudicado pelo “vírus” do dia seguinte e, sublinhe-se, pela impreparação de boa parte dos nossos governantes.

Portugal tem sido um país adiado; para que não continue a ser é urgente que a sociedade civil intervenha e debata as opções que necessariamente teremos de realizar no curto prazo: o modelo económico que podemos e queremos ter. É que a troika pode dizer-nos como não podemos viver, mas seguramente não aceitaremos que decida como vamos viver. A diferença é grande e será nisso que poderá residir ainda a nossa diminuta soberania..

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Escreve à sexta-feira